

# Editorial

## **Se uma árvore cair em uma floresta e ninguém estiver por perto, ela faz algum barulho?**

Na sociedade ocidental é possível encontrarmos cinco conceitos fundamentais acerca da verdade: 1) a verdade como correspondência, 2) a verdade como revelação, 3) a verdade como conformidade a uma lógica, 4) a verdade como coerência e, 5) a verdade como utilidade (Abbagnano, 2007). O campo médico-científico tornou-se um dos espaços privilegiados de demonstração e da verificação do benefício de tecnologias e de práticas, e a verdade dele emanada, em geral, é considerada capaz de beneficiar a sobrevivência das sociedades.

O impacto das descobertas de moléculas e de procedimentos médicos sobre a redução da mortalidade, não cessa de aparecer em relatórios publicizados por sociedades médicas. Sendo assim, o raciocínio: “creio que isso pode me proteger do adoecimento, por isso farei uso”, passou a ser substituído por um outro: “já que a ciência demonstrou que isso me protege do adoecimento, eu o usarei”. No julgamento do valor, encontra-se expressa a condição do emprego: a demonstração de efeito de conservação e de fortalecimento. A verdade, torna-se assim, algo do qual a sociedade não poderá viver sem, e para a qual estará disposta a pagar, já que quer viver e crescer. É o conceito de que verdadeiro é aquilo que nos protege, que nos é útil.

A verdade médica-científica, sendo resultado de uma demonstração, não é uma opinião e tão pouco uma revelação metafísica. Essa verdade, veiculada em jornais e periódicos científicos, é disponibilizada com a finalidade de apoiar médicos e outros profissionais de saúde na tomada de suas decisões diárias. O escopo é o de promover novas condutas. Os leitores, ao tomarem conhecimento de novos achados, são persuadidos a refazerem suas práticas e a elaborarem novas tábulas de valores. No campo médico, qualquer narrativa não veiculada em um periódico considerado de “alta qualidade”, não tem estatuto de ‘verdade’. Aqui, o critério de “excelência” estabelece hierarquias. A publicação em jornais e periódicos, confere ao discurso e àquele que o elaborou um estatuto de inquestionabilidade de algo sobre o qual “podemos nos apoiar”. Todavia, os ecos dos “reconhecimentos” são visibilizados, principalmente nos currículos. Poderíamos falar de uma hierarquia dos discursos verdadeiros, que confere a uns e a outros distintos níveis de autoridade e, assim, graus de merecimento de leitura, de disseminação e de discussão. Uma hierarquia estabelecida por uma classificação de qualidade.

A verdade médica-científica pode ser reconhecida em um ciclo, que primeiramente, passa pela “obrigatoriedade” dos profissionais de saúde, mas também de outros atores, em buscarem e encontrarem a verdade que preserva a sociedade do adoecimento e da morte; em seguida, pela prática diária de atualização de seus conhecimentos, mediante a leitura e análise dos discursos veiculados; depois, pela incorporação desses conhecimentos e recomendações às práticas de assistência e de cuidado; em seguida, pela transferência desses novos valores à sociedade e aos grupos de pacientes assistidos, para que esses, igualmente, modulem suas condutas.

Ora, na base desse ciclo o que temos, na realidade, é um movimento em direção à produção e emprego de discursos verdadeiros, que Nietzsche denominou de Vontade de Poder e, sobre o qual Foucault nos diz, do seguinte modo:

[...] digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa [...] Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (Foucault, 2002, p. 29).

A profissionalização da confecção de discursos verdadeiros com efeitos medicalizantes, é, sob a perspectiva foucaultiana, efeito de um poder que ele denominou de biopoder, exercício de uma biopolítica (Foucault, 2005). Na biopolítica, a verdade médico-científica é algo pelo qual, também se paga, afinal é uma mercadoria, um bem, um produto revestido de diversos valores e significados, sobretudo monetário. Como uma mercadoria, sua confecção é planejada, assim como seus processos de distribuição, aquisição e aplicação. Nesse sentido, a verdade tem, como todo artefato, uma validade, um tempo de vida útil.

Até o final do século XIX e começo do século XX, tínhamos um modelo de consumo que tinha em seu cerne a fabricação de objetos. Tínhamos o conhecimento e a economia numa relação com finalidade de produção de bens. O conhecimento encontra-se a serviço da produção há muitos anos. É pelo conhecimento que homens e máquinas são controlados. No ciclo do capitalismo clássico, temos aqueles que produzem conhecimentos, que por sua vez valoriza o trabalho dos que o produzem, como valorizam os bens produzidos decorrente dos processos administrados pelo conhecimento. Para Antonio Negri e Carlo Vercellone (2007, p. 1; tradução nossa), estamos diante de um novo capitalismo: o capitalismo cognitivo.

Com o conceito de capitalismo cognitivo, designamos então um sistema de acumulação no qual o valor produtivo do trabalho intelectual e imaterial se torna dominante e onde o eixo central da valorização do capital porta diretamente sua expropriação “através da renda” do comum e a transformação do conhecimento em mercadoria.

Enquanto no capitalismo clássico existe uma ameaça de escassez de matérias-primas para a produção de bens, no capitalismo cognitivo, o bem produzido, que é o conhecimento, não corre o risco de extinguir-se. O conhecimento não é escasso, e a cada dia sua produção se eleva. Basta compreendermos que ele não é algo natural, e não temos como lhe estabelecer um valor exato, fixo. Uma vez que o conhecimento é produzido, e não sendo um bem escasso, o que o torna valorado é o modo pelo qual as pessoas o acessam.

Pois bem, existem meios e critérios que regulam o ingresso do conhecimento nas redes de circulação. Alguns espaços são privados e monopolizados, que para se ter acesso, com o direito a copiar, difundir e reinventar o conhecimento ali presente, é preciso pagar. Então, qualquer declaração de que exista uma escassez do conhecimento é pura ficção. Há, portanto, um poder que regula o seu acesso, que barganha, mas que excita, que estimula seu consumo, que recompensa os que o comercializam. A comunicação e o fluxo da informação foram postas, definitivamente, no centro dos atuais modelos de produção e inovação tecnológica (Marazzi, 2009).

Respondendo ao título do editorial, parece que a real contribuição das publicações científicas para academia, são ainda desconhecidas, pois não sabemos se, de fato, são lidas. Para Lindsay Waters (2006) o que é nocivo para os acadêmicos, é a relação de causalidade entre a demanda por produtividade imposta pelas instituições de ensino e o esvaziamento de significados não numéricos. É que o valor do conhecimento está sendo medido em números.

Na caverna de Platão, não é possível o conhecimento do mundo verdadeiro. Submetidos a uma produtividade cognitiva do discurso científico, somos lançados às sombras, correndo o risco de padecermos da mesma ignorância que acometia os escravos da parábola platônica. O ambiente do intelectual acadêmico, embora possibilite o emprego da racionalidade e a experiência, ambas cumulativas, é carente do poder de disseminação, o que o limita em sua capacidade de modular perspectivas e comportamentos. Tal padecimento, o obriga a pagar para publicar, afinal, como disse Foucault, os intelectuais acadêmicos são julgados e classificados em função dos discursos verdadeiros, por eles produzidos (Foucault, 2002). Ora, no capitalismo cognitivo, somente o que pode ser contabilizado, é que é real. Prova disso é que,

Com frequência, as comissões de avaliação, quando solicitadas a decidir sobre indicações ou promoções, examinam os nomes das revistas citadas no *curriculum vitae* do candidato, em vez de lerem os próprios artigos (Waters, 2006, p. 27, grafia nossa).

Ler os próprios artigos, parece se tornar uma prática a ser abandonada. As bibliotecas não estão comprando mais livros físicos, e sim equipamentos de acesso aos livros digitais; o livro impresso está morrendo. Os que ainda se encontram em estantes se converteram em ícones a serem mencionados, mas, não lidos. Por outro lado, os que devem ser publicados sofrem interferências da modernidade líquida (Bauman, 2001): devem ter poucas ideias, de modo que não afugentem seus leitores, se por acaso forem examinados.

Definitivamente, outros modos de nos relacionarmos com o saber ocuparam os espaços acadêmicos. O capitalismo cognitivo impôs uma nova organização. A árvore que cai na floresta já não faz barulho, já que os processos de imaterialização do trabalho deslocam a reprodução para a inovação, e a comunicação assumiu o valor de produção. O conhecimento é simultaneamente produto a ser consumido e recurso, ou seja, um valor material e imaterial (Silva, 2013). A força do trabalho do profissional de saúde, que é convocado a intervir sobre o corpo anormal, encontra-se alicerçada em sua capacidade de reprodução do conhecimento obtido (para consumo) nos meios de comunicação científica. E tal acesso, em geral, não é gratuito. Mas, parece que “vale a pena”. afinal, o poder “nos recompensa”.

Finalizamos, aqui, com a indagação: “o que quer aquele que elabora e busca a verdade científica? Em todo o caso, trata-se de um fenômeno moral, relacionado intrinsecamente a um tipo de homem idealizado: o homem bom, de saúde perfeita. As antinomias: doente e sadio, verdadeiro e falso, são pois imposições da moral. Situar-se para além do falso e do verdadeiro, do normal e do anormal, parece-nos uma exigência para uma oposição criativa. É preciso estabelecer novos valores; ainda ansiamos pelo som de uma árvore caíndo (a erudição).

Cléber Domingos Cunha da Silva

*Editor-Chefe*

## Referências Bibliográficas

AABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

MARAZZI, C. **O lugar das meias**: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NEGRI, A.; VERCELLONE, C. Il rapporto capitale/lavoro nel capitalismo cognitivo. **Posse**, p. 46-56, 2007. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00264147>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, R. R. D. Políticas de escolarização e governamentalidade nas tramas do capitalismo cognitivo: um diagnóstico preliminar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 689–704, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SYYyTjTdz4RxqV6bwBb4pzz/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2024.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.